

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.181, DE 2009

Obriga a especificação de data de postagem e de entrega das correspondências.

Autor: Deputado JOAQUIM BELTRÃO

Relator: Deputado MENDES RIBEIRO

I - RELATÓRIO

Vem, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a matéria em epígrafe, tendo por objetivo especificar a data de postagem e de entrega das correspondências.

Justifica a autor:

A falta de norma que obrigue a especificação da data de postagem e de entrega dos objetos de correspondência cria muitos problemas para os cidadãos. É freqüente a situação de documentos de cobrança que chegam aos consumidores em datas posteriores ao vencimento das faturas, causando prejuízos, multas e, nos casos mais graves, inclusão do nome da pessoa na base de dados dos serviços de proteção ao crédito.

Além disso, essa ausência legal impede que os usuários conheçam o nível de eficiência ou de deficiência do serviço, pois hoje é impossível saber à quem imputar a responsabilidade no caso de atrasos de documentos bancários vencidos ou de convites que chegam após a data de realização do evento.

Esta proposição propõe, portanto, uma alteração na Lei dos Serviços Postais, de forma a obrigar a indicação

da data em que os objetos postais foram postados pelo remetente e a data em que foram entregues ao destinatário.

Consideramos a norma importante para corrigir tais distorções, e, assim, peço o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa para a APROVAÇÃO deste Projeto de Lei.

A proposição, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno, tramita sob o regime de apreciação conclusiva. Foi distribuída para apreciação da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, sendo aprovada com um Substitutivo.

A matéria vem também para a consideração desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Compete-nos, nos termos do art. 32, IV, “a”, do mesmo Estatuto, o pronunciamento quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Nos termos do art. 119, do Regimento Interno, foi aberto o prazo para o oferecimento de emendas no âmbito da Comissão, sem que fosse alguma apresentada.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Não vislumbramos óbices à livre tramitação da matéria no que tange à sua constitucionalidade. Nos termos do art. 22, V, da Constituição Federal, a competência e a sede de apreciação cabem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48. A iniciativa, de igual modo, é adequada em consideração ao que dispõe o art. 61.

Sob a perspectiva da juridicidade e da técnica legislativa também nada temos a opor à Proposição principal e ao Substitutivo que lhe foi oferecido no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, porquanto não há afronta aos princípios informadores do nosso ordenamento jurídico nem à redação legislativa consagrada em nossa tradição parlamentar.

Isso posto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa do PL 5.181, de 2009, e do Substitutivo apresentado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Sala da Comissão, em 02 de agosto de 2010.

Deputado MENDES RIBEIRO
Relator